A REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL EM IBIRITÉ-MG: ADEQUAÇÃO DO IPASI À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019

MUNICIPAL PENSION REFORM IN IBIRITÉ-MG: ADAPTATION OF IPASI TO CONSTITUTIONAL AMENDMENT Nº 103/2019

Paulo César de Souza¹

RESUMO

A Emenda à Lei Orgânica do Município de Ibirité nº 2/2025 representa um marco na adequação do Regime Próprio de Previdência Social do município à Emenda Constitucional nº 103/2019, que reformou a previdência no âmbito federal. O objetivo central da medida é garantir a sustentabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Ibirité (IPASI) frente ao crescente déficit atuarial. Segundo avaliação técnica atuarial, estima-se que a reforma poderá reduzir o déficit de mais de R\$ 365 milhões para aproximadamente R\$ 128 milhões. A presente pesquisa analisa os fundamentos legais, os dados atuariais e os impactos esperados da reforma no contexto da realidade fiscal municipal, ressaltando sua importância para a sustentabilidade financeira e previdenciária do município. Utilizaram-se referências bibliográficas de Frederico Amado (2020), Constituição da República de 1988, Emenda Constitucional nº 103/2019, julgados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Lei Orgânica do Município de Ibirité/MG, legislações correlatas e artigos acadêmicos.

Palavras-chave: Reforma da Previdência; IPASI; Emenda Constitucional nº 103/2019; Regime Próprio de Previdência Social; Déficit Atuarial; Município de Ibirité.

ABSTRACT

Amendment No. 2/2025 to the Organic Law of the Municipality of Ibirité represents a milestone in the adaptation of the municipality's Social Security Regime to Constitutional Amendment No. 103/2019, which reformed the social security system at the federal level. The main objective of the measure is to ensure the sustainability of the Ibirité Municipal Public Servants' Pension Institute (IPASI) in the face of the growing actuarial deficit. According to an actuarial technical assessment, it is estimated that the reform could reduce the deficit from more than R\$365 million to approximately R\$128 million. This research analyzes the legal foundations, actuarial data and expected impacts of the reform in the context of the municipal fiscal reality, highlighting its importance for the financial and social security sustainability of the municipality. Bibliographical references included Frederico Amado (2020), Constitution of the Republic of 1988, Constitutional Amendment 103/2019, Judgments of the Court of Justice of Minas Gerais, Organic Law of the Municipality of Ibirité/MG, related legislation and academic articles.

Keywords: Pension Reform; IPASI; Constitutional Amendment No. 103/2019; Social Security Regime; Actuarial Deficit; Municipality of Ibirité.

¹ Graduado em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas (2018)
Graduado em Ciências do Estado pela Faculdade de Direito da UFMG (2024)

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade dos regimes próprios de previdência social (RPPS) é um dos principais desafios enfrentados pelos entes federativos brasileiros. Com o avanço da Emenda Constitucional nº 103/2019, a chamada Reforma da Previdência Federal, os municípios passaram a ser estimulados a adotarem medidas semelhantes, buscando o equilíbrio financeiro e atuarial de seus regimes próprios. No caso de Ibirité, a Emenda à Lei Orgânica nº 2/2025 promove essa adequação por meio da adoção dos mesmos critérios estabelecidos na reforma federal.

A Lei nº 9.717/1998 dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essa mesma lei determina que esses RPPS devem se basear em normas gerais de contabilidade e atuária, de maneira a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial (EFA) do sistema.

Adicionalmente, a Portaria MTP nº 1.467/2022 institui novas normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS, estabelecendo parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial.

Os principais problemas dos institutos de previdência dos municípios brasileiros são a falta de recursos financeiros, a gestão deficiente e a crescente dívida previdenciária. A escassez de recursos compromete a cobertura dos benefícios e a manutenção do sistema, enquanto a má gestão ocasiona desequilíbrios financeiros e falta de transparência. A dívida previdenciária compromete as finanças municipais e dificulta o acesso a recursos federais.

Frederico Amado (2020, p. 1452) destaca que a Emenda Constitucional nº 103/2019 teve impacto significativo sobre os entes federativos, incluindo municípios com regime próprio de previdência social (RPPS). A seguir, são apresentados os principais pontos de repercussão da EC nº 103/2019 nos entes municipais.

2. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE SOBRE A APOSENTADORIA ESPECIAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Observa-se no julgado dos autos nº 1.0000.24.493622-5/001, de reexame necessário, sentença publicada em março de 2025, análise sobre a legalidade da exigência de idade mínima para a concessão da aposentadoria especial de servidor público municipal, à luz das disposições da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por servidora pública municipal, ocupante do cargo de médica, contra ato da Diretora da Central de Concessão de Benefícios Previdenciários do Município de Belo Horizonte, que julgou improcedente o pedido de aposentadoria especial sob a justificativa de ausência do requisito etário mínimo de 60 anos.

Em caso análogo, o entendimento do TJMG:

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. APOSENTADORIA ESPECIAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. EXIGÊNCIA DE IDADE MÍNIMA. INAPLICABILIDADE. ART. 21, § 3º, DA EC Nº 103/2019. SÚMULA VINCULANTE Nº 33 DO STF. ILEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. SENTENÇA CONFIRMADA. Trata-se de reexame necessário de sentença proferida em mandado de segurança impetrado por servidora pública municipal, ocupante do cargo de médica, contra ato da Diretora da Central de Concessão de Benefícios Previdenciários do Município de Belo Horizonte, que indeferiu o pedido de aposentadoria especial sob a justificativa de ausência do requisito etário mínimo de 60 anos. O cerne da controvérsia consiste em aferir a legalidade da exigência de idade mínima para a concessão da aposentadoria especial de servidor público municipal, à luz das disposições da Emenda Constitucional nº 103/2019. Nos termos do art. 21, § 3º, da EC nº 103/2019, aplicam-se às aposentadorias especiais dos servidores municipais as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à sua promulgação, enquanto não houver legislação específica disciplinando a matéria no âmbito do respectivo regime próprio de previdência social. A norma inserida no art. 40, § 4º, III, da Constituição da República (antes das alterações trazidas pela EC nº 103/2019) garantia aos servidores públicos sujeitos a condições especiais de trabalho o direito à aposentadoria com critérios diferenciados, sem a exigência de idade mínima.

O Supremo Tribunal Federal, em sucessivos julgados e por meio da Súmula Vinculante nº 33, consolidou o entendimento de que, na ausência de regulamentação específica, aplicam-se aos servidores públicos as regras do

Regime Geral de Previdência Social sobre aposentadoria especial previstas no art. 57 da Lei nº 8.213/91, que não estabelecem critério etário para a concessão do benefício. A exigência de idade mínima para a concessão da aposentadoria especial imposta pela autoridade coatora carece de fundamento constitucional e legal, razão pela qual se revela ilegítima.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A APOSENTADORIA E A REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Conclui-se que o Supremo Tribunal Federal, em diversos julgados e por meio da Súmula Vinculante nº 33, alicerçou o entendimento de que, na ausência de regulamentação específica, aplicam-se aos servidores públicos as regras do Regime Geral de Previdência Social sobre aposentadoria especial previstas no art. 57 da Lei nº 8.213/91, que não estabelecem critério etário para sua concessão.

Além disso, a aposentadoria de empregado público concedida após a entrada em vigor da EC nº 103/2019 extingue automaticamente o vínculo empregatício, nos termos do art. 37, § 14, da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, constata-se nos julgados que é ilegítima a exigência de idade mínima para a concessão da aposentadoria especial do servidor público municipal enquanto não houver legislação específica disciplinando a matéria, conforme art. 21, § 3º, da EC nº 103/2019 e Súmula Vinculante nº 33 do STF.

Por fim, destaca-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 40, estabelece o regime de previdência dos servidores públicos, exigindo a observância de critérios de equilíbrio financeiro e atuarial. A Emenda Constitucional nº 103/2019 introduziu mudanças significativas nos parâmetros de aposentadoria, pensões, contribuições e regras de transição para servidores públicos federais. Esses parâmetros podem ser adotados pelos estados e municípios para seus regimes próprios. A adesão do Município de Ibirité foi formalizada pela Emenda à Lei

Orgânica nº 2/2025, que incorporou tais critérios ao regime previdenciário municipal, representado pelo IPASI.

4 REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. Curso de direito e processo previdenciário. 12 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

ANEPREM. Apresentação 23º Congresso Nacional de Previdência da Aneprem a ANEPREM – Associação Nacional de Entidades de Previdência de Estados e Municípios. Disponível em: < <https://www.aneprem.org.br/tag/2024/> > Acesso em: 22 de maio de 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 22 de maio de 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de Novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%20103%2C%20DE%2012%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202019&text=Altera%20o%20sistema%20de%20previd%C3%Aancia.%22Art. > Acesso em: 22 de maio de 2025.

BRASIL CONSULTORIA. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL 2023. Instituto de Previdência Social de Ibirité - IPASI. Perfil atuarial: II. Data focal: 31 de dezembro de 2022. Nota técnica: 2020.001571.1. Versão: 01. Data de elaboração: 03/07/2023

GRUPO RTM & BRASILIS. Gestão Previdenciária. Soluções precisas visando a regularidade previdenciária do seu RPPS. Disponível em: < <https://rtmbrasilis.com.br> > Acesso em: 22 de maio de 2025.

IBIRITÉ. Lei Orgânica do Município de Ibirité. Disponível em: < https://www.ibirite.mg.gov.br/arquivo/download/69674/categoria/10103/lei_organica_atualizada > Acesso em: 22 de maio de 2025.

IBIRITÉ. Lei Ordinária Municipal nº 2.422, de 26 de Fevereiro de 2025. Autoriza o Município de Ibirité, a repassar em ativos, pagamento do custeio suplementar ao regime próprio de previdência social (IPASI). Disponível em: < <https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/documento-para-impressa-o-sem-manifesto/108478> > Acesso em: 22 de maio de 2025.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal. PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 2/2025. Disponível em: <
<https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/processo-geral-pdf/cb70ab375662576bd1ac5aaf16b3fca4> > Acesso em: 22 de maio de 2025.

IBIRITÉ. Poder Legislativo Municipal. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 49/2025. Disponível em: <
<https://mg-ibirite-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/processo-geral-pdf/f340f1b1f65b6df5b5e3f94d95b11daf> > Acesso em: 22 de maio de 2025.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE IBIRITÉ. Área destinada a download de arquivos disponibilizados pelo Instituto. Disponível em: <
<https://ipasi.mg.gov.br/servicos/downloads-de-arquivos> > Acesso em: 22 de maio de 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. TJMG - Embargos de Declaração-Cv 1.0000.24.368584-9/002, Relator(a): Des.(a) Juliana Campos Horta , 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/02/2025, publicação da súmula em 19/02/2025).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. (TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0000.24.493622-5/001, Relator(a): Des.(a) Pedro Bitencourt Marcondes , 19ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/02/2025, publicação da sumula em 07/03/2025)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0000.24.493622-5/001, Relator(a): Des.(a) Pedro Bitencourt Marcondes , 19ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/02/2025, publicação da súmula em 07/03/2025.